

PROTESTO SOCIAL NO BRASIL: OS JOVENS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS DIRETAS JÁ E FORA COLLOR

Resultado de Investigação Finalizada

Gt20: sociedade civil: protestos e movimentos sociais

José Aparecido da Silva Rocha, Graduando em História/UNEAL¹

Antônio Barbosa Lúcio²

Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL

Resumo

O artigo analisa experiências de protestos no Brasil, suas realizações, buscas e as formas de ação. Estuda-se aqui O “Movimento Diretas Já” (1983-1984) e o Fora Collor, conhecido como “Movimento dos caras Pintadas”(1992). O primeiro (1983-1984) lutava pelo o fim da Ditadura Militar brasileira e reivindicava a eleição do Presidente da Republica eleito por voto direto do povo em um contexto de 20 anos de Ditadura Militar .O segundo movimento analisado (1992), pedia a saída do Presidente da República, acusado de participar de um esquema de corrupção. O movimento Fora Collor, pedia o *impeachment* do primeiro Presidente brasileiro.

Palavras-chave: Movimento social. Brasil. Diretas Já. Fora Collor

1.1 Introdução

O texto analisa experiências de protesto social no Brasil demonstrando as semelhanças que impulsionaram suas realizações, a participação dos jovens e as principais aspirações buscando reconstituir o perfil, as temáticas abordadas e as formas de ação. O contexto histórico aqui analisado é o das duas ultimas décadas do século XX, especificamente dois fatos que ocorreram entre os anos de 1983-1984 e 1992, na História do Brasil com o Movimento das “Diretas Já” e o Movimento “Fora Collor”. A metodologia de pesquisa aqui utilizada é embasada na pesquisa qualitativa que “privilegia a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados, e caracterizada pela heterodoxia no momento da análise (MARTINS, 2004); para esclarecer o conhecimento crítico dos caminhos do processo científico, indagando e questionando acerca de seus limites e possibilidades (DEMO, 1989) e; conforme Fernandes (1977) para verificação e sistematização do conhecimento e uma concepção do mundo e da posição do homem dentro dele.

A pesquisa realizada, através de artigos em jornais, revistas e livros foi dividida em três partes: (1) análise teórica e conceitual; (2) Movimento Diretas Já e (3) Movimento Fora Collor. A primeira parte do texto traz à tona a definição e o surgimento de um movimento social e as dificuldades enfrentadas, a conscientização das massas e, a tomada de partido da população acerca das causas e problemas sociais em atrito com a classe dominante. A segunda parte traz uma abordagem sobre o

¹ Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL); bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES/BRASIL). <joseasrocha@hotmail.com>.

² Professor orientador mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); bolsista coordenador de área do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES/BRASIL). <ablucio1@yahoo.com.br>.

movimento “Diretas Já”, que ocorre em um período marcado pela Ditadura Militar, com greves, manifestações e ações de grupos sociais que visavam abrir uma fenda no rígido poder militar em vigor e à frente do país desde a 1964.

A terceira e última parte do trabalho, aborda o Movimento dos “Fora Collor”, também conhecidos como movimento dos “Caras Pintadas” e fatos que antecedem 1989 e 1992, marcado pela pluralidade de partidos, disputas presidenciais, e a expectativa de um Brasil melhor, porém frustrada com inúmeros casos de corrupção em uma escala nunca vista até então. Como resultados, apontamos os limites e possibilidades dos movimentos sociais na busca por direitos, tendo como parâmetro quais os caminhos dos movimentos sociais frente a influência na organização de políticas públicas no Brasil.

2.1 Movimentos sociais e luta de classes.

É possível observar que inúmeros são os problemas e situações que refletem a desigualdade de uma sociedade que, possuem em comum, a classe dominante, detentora do poder que rege a sociedade, conseguindo um dos maiores feitos: o silêncio das massas. A atual classe dominante tem investido para que seu legado seja garantido e perpetuado, salvo exceções em que parte de população compreende seu papel transformador e assume a condição de sujeito, organiza-se em torno de um movimento e luta contra a dominação fazendo surgir um movimento social. É neste ponto que o movimento entra em atrito com o poder da ideologia dominante. Por ideologia, entende-se: 1. Estudo das ideias (no sentido etimológico da palavra). 2. Conjunto de ideias, valores, maneiras de sentir e pensar de pessoas e grupos. 3. Ideias erradas, incompletas, distorcidas sobre a realidade (GUARESCHI, 1990). Será aqui analisada a ideologia dominante nas duas últimas definições acima, de forma que a elite burguesa impõe suas formas de pensar e agir para as massas populares e distorce diversas informações sobre a realidade. As massas, por sua vez, aderem à ideologia dominante despercebidamente, de modo a fazer que todas as ideologias de uma época sejam as ideologias da classe dominante (MARX, 2011). Mello (2012) demonstra que em um mundo que perde os sentidos, parte da população luta por mudanças e/ou transformações. O autor afirma ainda que é nesta ocasião que surgem os movimentos sociais formados pela organização de cidadãos que tem objetivos em comum; a busca pela moradia, saúde, lazer, esporte, educação de qualidade, cultura, ou seja, uma política que alcance as camadas mais necessitadas da sociedade, pessoas expropriadas, espoliadas e segregadas de seus direitos, que vivem as margens da sociedade capitalista. Neste agrupamento, debatem, discutem suas causas e problemas em comum e decidem tomar uma providência (RIBEIRO, 2013).

Movimento social é a ação coletiva de um grupo organizado que objetiva alcançar mudanças sociais sua luta é por meio do embate político, mediante seus valores e ideologias contexto específico, permeados por tensões sociais. Suas aspirações podem ser a mudança, a transição ou até mesmo revolução de uma realidade hostil a certo grupo ou classe social. O movimento torna-se porta-voz de um grupo de pessoas que se encontra numa mesma situação, seja social, econômica, política, religiosa, entre outras (RIBEIRO, 2013). Guareschi (1992) destaca um espaço relevante para abordar sobre a “consciência de classe”. Para o autor, a consciência de pertencer à determinada classe e lutar por ela, se desenvolve a partir da descoberta de interesses em comuns. Quando há consciência que o problema de uma pessoa é também o problema de uma sociedade, a resolução só será obtida com o embate e atrito na luta entre as duas classes em questão: dominantes e dominados. O movimento surge para combater este antagonismo.

Marx (2000) diz que todas as sociedades que existiram até hoje foram marcadas pela existência da luta de classes em que opressores e oprimidos, sempre estiveram em constante oposição uns aos outros, envolvidos numa luta ininterrupta, seja disfarçada ou aberta, que terminou sempre ou com um

transformação revolucionária ou com o declínio de uma ou ambas as classes envolvidas essa luta provocaria uma mudança nas estruturas.

Desta forma, entende-se que nada em hipótese alguma foi alterado na sociedade e em suas estruturas, sem a luta de classes, sem o desejo e luta por de algo diferente. Primeiro o indivíduo se reconhece como sujeito e entende que nada tem a perder a não ser as correntes que o aprisionam. (MARX, 2000). Sodré (1963) diz que chegou o tempo em que as revoluções sociais têm de ocorrer a partir do povo. As revoluções devem ocorrer das massas majoritárias.

Santomé (2010), alerta para o perigo de viver em uma sociedade em que os valores de igualdade, justiça social sejam palavras vazias em um mundo que tudo é medido economicamente e todas as coisas são vistas como mercadorias. Tudo é mercadoria, inclusive as pessoas. Mercadoria não precisa pensar, não precisa agir nem tomar partido da situação. Melhor aceitar a condição que “arriscar o pescoço”, perder o emprego, perder a amizade do amigo detentor de poder, do patrão que paga seu salário, a escola dos filhos, o plano de saúde, etc. mesmo que seu silêncio seja o maior sinal de covardia diante de uma sociedade inteira que é castigada e marginalizada. Baudrillard (1985), diz que o silêncio e a omissão das massas é insuportável. O autor compara as massas com um buraco negro que não reflete nada, nada irradia, apenas absorve tudo a seu redor. Mostra-se convicto, em sua obra, que as massas não detêm interesse pelo coletivo e sentido de ser social. Diz ainda que as massas são inertes, passivas, sem tomada de posição crítica diante da dominação. Contudo, é preciso estar atento e notar que esta generalização do autor mostra-se exagerada. Acreditar que toda população age com passividade é delegar o poder apenas à classe dos capitalistas. Inúmeras são as investidas que ocorrem para que exista um “esquecimento” dos problemas sociais. Inúmeras também foram as ocasiões em que movimentos sociais surgiram para contestar a realidade imposta pelos dominantes. O que Baudrillard não parecia perceber é que classe dominante coloca diante da sociedade as coisas que fazem a “alegria das massas”, massificando-as, de modo que estas ignorem os problemas sociais.

Freire (1979) define como ingênuos aqueles as pessoas que não se dão conta dos problemas sociais e não se reconhecem como sujeitos da mudança. Por outro lado, o autor classifica como pessoas da “má fé” aqueles que sabem o que deve ser feito e não o fazem. Quando um grupo de pessoas toma consciência de seu papel como sujeito, organiza-se por determinado fim e vai às ruas, praças e vias públicas exigir uma alteração nos padrões impostos. E, nesse sentido, o movimento social leva ao público a insatisfação das massas.

No Brasil, podem-se trazer à memória, dois fatos importantes que ocorreram nas duas últimas décadas do século XX: O movimento “Diretas Já” (1983-1984) e o Movimento “Fora Collor” (1992), também conhecido como Movimento dos “Cara Pintadas”, os quais trataremos abaixo.

3.1 O movimento “Diretas Já” (1983-1984)

O movimento das “Diretas Já” ocorreu nas grandes capitais do país em 1983-1984. Uma grande quantidade populacional, formada por jovens, operários, trabalhadores e políticos, saíram nas ruas em protesto contra a Ditadura Militar (1964-1985) com o interesse de pressionar o governo a realizar eleições diretas para Presidente da República. Segundo Delgado (2009) ainda no período anterior ao Golpe Militar de 1964, ocorriam manifestações sociais autônomas, que sempre foram mal absorvidas pelo processo político brasileiro. No Governo João Goulart (1961-1964), diversos movimentos sociais cresceram em número e diversidade e ganharam maior densidade e capacidade de pressão que ocorriam na esfera da sociedade civil priorizando o campo do reformismo social, a exemplo das ligas camponesas, do movimento estudantil e das organizações sindicais rurais e urbanas em uma conjuntura marcada pela guerra fria, e atritos que, para Delgado, estaria em um mundo dividido em socialismo e capitalismo.

Segundo Sousa (2012) João Goulart desprestigiava claramente os interesses dos grandes proprietários, o grande empresariado e as classes médias. Com isso, membros das Forças Armadas, com o apoio das elites nacionais, começaram a arquitetar o golpe contra João Goulart. Ao mesmo tempo, os grupos conservadores realizaram um grande protesto público com a realização da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Estes grupos uniram-se em forte atuação desestabilizadora de seu governo, que culminou com o Golpe Militar que o destituiu em 1964. (DELGADO, 2009)

O período que sucede o Golpe de 1964 representa forte repressão contra os descontentes com o regime. Porém, foram anos em que apesar da repressão militar, os movimentos contra ditadura não cessaram, mas as punições eram severas. Conforme Aquino, Agostino, Vieira e Roedel (2000) nos fins dos anos de 1970, com o

“(...) governo do Presidente Geisel, a ditadura já exilara cerca de 10 mil brasileiros e brasileiras, cassara igualmente 4.692 cidadãos e levava milhares aos cárceres da repressão, 245 estudantes foram expulsos das universidades por força do Decreto 477, e cerca de 300 pessoas ficaram entre mortos e desaparecidos.” (AQUINO et al. 2000, p.771).

Em 15 de Março de 1979, o General João Batista Figueiredo assume a presidência da República para governar por seis anos, já começara, no setor de metalurgia, um período de greve que iniciara em 1978, em São Bernardo do Campo, importante cidade do chamado ABC paulista (Santo André, São Bernardo e São Caetano) que se estende para as demais fábricas das cidades. Sigaud (1980) ressalta a greve dos canavieiros pernambucanos, sob a organização dos sindicatos rurais, que se entende para os demais Estados canavieiros, possibilitando a reemergência das lutas das décadas de 1950-1960 no Nordeste e no Brasil. Em 1979, o presidente Figueiredo assinou a Lei da Anistia, que permitiu o retorno ao país de exilados, como Leonel Brizola e Miguel Arraes. No ano seguinte, foram restabelecidas as eleições diretas para governadores de Estado (MAGALHÃES, 2009). Em 1980, a greve do ABC liderada pelo então líder sindical Luís Inácio Lula da Silva, o “Lula”, como ficou conhecido. A greve contou com cerca de 330 mil metalúrgicos no ABC e mais 15 cidades no Estado de São Paulo; em São Bernardo, dura 41 dias; onze líderes grevistas do ABC, entre eles “Lula”, são presos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Esta greve teve também o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), de parlamentares e da Igreja Católica, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBS), setores progressistas da Igreja, como clérigos ligados à Teologia da Libertação (AQUINO et al., 2000). Com a prisão de Lula e seus aliados o movimento ganhou a simpatia popular e evidenciou uma nova abertura no regime militar. A teologia da Libertação teve um papel importante na época. Conforme especifica o teólogo Leonardo Boff (1980), aos olhos da Teologia da Libertação, deveria perseverar nesse embate lutando contra a opressão e a favor da justiça social. De tais mobilizações surge a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT) que se tornariam, em conjunto com os demais partidos e organizações da sociedade civil, protagonistas das lutas pelo fim da Ditadura Militar. A pressão popular dos movimentos sociais e sindicais forçou tanto a classe patronal a ceder as reivindicações como o Estado enquanto seu representante.

Moreira (1984) afirma que muitas das greves que ocorreram entre 1980 e 1982, em um momento de desemprego em massa, foi necessário fazer que os sindicatos encontrassem alternativas para a organização dos desempregados e a garantia de segurança no emprego. Assim, os sindicatos ganharam um novo impulso, passando a negociar detalhadamente questões contratuais através dos delegados sindicais. Surgia então o que ficou conhecido como “novo sindicalismo” em oposição à “velha” estrutura sindical, vista como atrelada aos interesses estatais (MOREIRA, 1984). Com o novo sindicalismo, a luta pelos direitos dos trabalhadores ficou mais acirrada, porém os donos do poder, na figura da política da Ditadura Militar “não hesitava em promover intervenções nos sindicatos, prender lideranças sindicais e praticar violências diversas” (AQUINO et al., 2000, p.779). O mandato de

Figueiredo foi marcado por uma profunda crise que levou diversas empresas à falência, gerando aumento do desemprego e crescimento da dívida externa, de modo que a inflação chegou a ultrapassar 200% ao ano em 1983 (AQUINO et al., 2000).

No Congresso Nacional, Dante de Oliveira (PMDB), Deputado Federal pelo Mato Grosso, apresentou a Emenda Constitucional (PEC nº5/1983), propondo eleições diretas para Presidente da República, daí o uso do termo (Diretas Já). Em 28 de Junho de 1983 Rio de Janeiro, reúnem-se os governadores Franco Montoro (PMDB-SP), Leonel Brizola (PDT-RJ) e o presidente nacional do PT, Luís Inácio Lula da Silva, para articular uma frente suprapartidária pela volta das eleições diretas. Já em 25 de janeiro de 1984 no dia em que se comemora 430 anos da cidade de São Paulo ocorre uma manifestação de seis horas pelas Diretas-Já e reúne entre 200 e 300 mil pessoas à Praça da Sé, em São Paulo. Caldeira (1997) afirma que o movimento pelas “Diretas Já” foi tão forte e se propagou pelo Brasil de modo que não se via tal multidão nas ruas desde os comícios de 1964. A manifestação pelas diretas era o elemento que faltava para encerrar o ciclo militar no governo. A resposta da população veio das ruas em forma de esperança.

Para se ter ideia da intensidade do movimento, segundo a edição do jornal Folha de S. Paulo, do dia 17 de abril de 1984, compareceram à manifestação pelas Diretas Já:

“Mais de um milhão de pessoas em silêncio, mãos entrelaçadas, braços para cima. Ao sinal do maestro Benito Juarez, da Orquestra Sinfônica de Campinas, a multidão cantou o Hino Nacional. Do céu caía papel picado, papel amarelo, a cor das diretas, brilhando à luz dos holofotes. No Vale do Anhangabaú, muita gente chorou. Houve outros momentos de emoções na maior manifestação popular já ocorrida no Brasil. (...) A polícia Militar calculou 1 milhão e meio de pessoas”. (FOLHA DE SÃO PAULO, em 17/04/1984).

Nos dias 12 e 13 de abril de 1984, as manifestações pelas “Diretas Já”, reuniram cerca de 300 mil em Goiânia (GO), 50 Mil em Ipatinga (MG) e 200 Mil na cidade de Porto Alegre (RS). Contudo foi no Vale do Anhangabaú (SP) que uma multidão de cerca de 1 milhão e 7 mil pessoas pediam eleições diretas.

As manifestações eram o sinal evidente do descontentamento popular e o anseio por mudanças. Aquino et al. (2000) dizem que a expectativa era grande na sociedade brasileira, porque seriam necessários 320 votos para a aprovação da Emenda Dante de Oliveira, porém, os deputados não aprovaram a emenda que pedia a realização de eleições diretas após mais de 20 anos de regime militar, através de um artifício dos aliados da Ditadura com a ausência de 113 deputados, 65 votos contra e 03 abstenções. Assim, as exigências populares não foram atendidas de imediato e, em 15 de janeiro de 1985, o colégio Eleitoral reuniu-se elegendo Tancredo de Almeida Neves pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e, seu vice, José Ribamar Ferreira Araújo da Costa Sarney, oriundo de partidos que apoiaram a Ditadura, mas, criam a Frente Liberal com “dissidentes” formando a Aliança Democrática com o PMDB. Com um total de 480 votos, dentre 686. Tancredo Neves era a esperança, de um Brasil melhor, após mais de duas décadas, um civil assumia o regime presidencialista que fora “arrancado” do povo em 1964.

3.2 Movimento dos “Caras Pintadas”(1992).

O movimento Fora Collor ou “Caras Pintadas”, como também ficou conhecido, ocorreu em 1992. Priori (2010) ressalta que o novo Presidente, Tancredo Neves, com mais de 70 anos e com saúde já debilitada morre antes de tomar posse. Com sua morte, assume o Vice-Presidente José Sarney, fruto de acordos políticos para viabilizar a transição para um regime democrático. Sarney dá início a uma tentativa de conter a inflação que, em 1989, chegava a atingir mais de 1000% ao ano. Porém, a autora

ainda ressalta que, durante o mandato de Sarney, a imprensa registrou numerosos casos de corrupção e nepotismo, embora o novo período fosse marcado por avanços democráticos como a Constituição de 1988 que abria espaços, por exemplo, para o voto dos analfabetos e maiores de 16 anos e, direitos para os trabalhadores que foram cerceados na Constituição de 1969. O objetivo era pôr abaixo o chamado “entulho autoritário” do regime militar, embora que 42.887 atos legislativos permaneciam (AQUINO et al., 2000). Para a eleição de 1989, foram lançadas 22 candidaturas, mas a disputa final ficou entre Fernando Afonso Collor de Mello e Lula. Este foi um confronto em que ficou explicitamente marcada a divisão entre “Direita e Esquerda”, com a ascensão de Collor a Presidência da República.

Segundo Kowalski (2010), Collor conseguiu consolidar a imagem do homem que seria capaz de trazer estabilidade para o país, tendo como aliados os grandes meios de comunicação, que faziam questão de omitir seu passado e construir um culto à sua personalidade. Collor era um político praticamente desconhecido no Brasil, salvo Alagoas, onde de 1979 a 1982 foi prefeito de Maceió. Em 1982, foi eleito Deputado Federal, e em 1986, elegeu-se governador de Alagoas. Possuía um discurso incisivo, propondo e medidas de impacto, como o corte de mordomias e altos salários no serviço público. Segundo Basile (2001), enquanto governador e presidente, Collor, fazia denúncias contra o poder usineiro, ao mesmo tempo que concedeu incentivos fiscais aos usineiros de Alagoas propondo isenção de impostos que datam de dois acordos firmados por Fernando Collor, em 1988 e 1989, quando ele era governador de Alagoas. Os acordos foram feitos com 32 usinas de açúcar e destilarias de álcool e, segundo denúncias da época, garantiram um saldo inicial de R\$ 50 milhões à campanha de Collor para a Presidência da República.

Guareschi (1990) afirma que aqueles que têm a posse da comunicação, têm o poder de controlar e de reger a sociedade. O autor ainda diz que quem detém a comunicação constrói uma realidade de acordo com seus interesses. Assim, a mídia foi essencial para a campanha de Fernando Collor onde sua família era proprietário do mais importante meio de comunicação local. O veículo de comunicação em massa expôs um jovem bem sucedido político nordestino, atlético e apto para enfrentar os desafios da Presidência. (AQUINO et al., 2000).

Eleito pelo inexpressivo Partido da Reconstrução Nacional (PRN), mas com apoio da burguesia nacional (MARTUSCELLI, 2005), Collor, que fora, semelhante a Sarney, um político que sempre apoiou a Ditadura Militar, obteve apoio dos setores conservadores do empresariado que temia a possibilidade de um governo mais a esquerda, como se pensava que seria um governo de Lula e seus aliados. Assim, após sua eleição, Collor teve seu governo responsável pela introdução do Neoliberalismo no país. Na presidência, não correspondeu às expectativas alimentadas em campanha pelas classes populares e, sob seu governo, o Estado brasileiro promoveu as primeiras privatizações do pós-Ditadura ampliando o privatismo econômico e, especialmente, a liberação de medidas protecionistas tornando legais as propostas neoliberais, além de se contrapor ao Estado de bem estar social, tornando explícita a afinidade política com o neoliberalismo. Collor ainda lançou medidas econômicas, que ficaram conhecidas como Plano Collor I (1990) e II (1991), a exemplo do confisco de dinheiro das poupanças (GASPARETTO, 2012). A inaplicabilidade das reformas podiam ser verificadas em suas falhas e, em seus efeitos ampliando o subemprego e o desemprego, mas estavam associadas a lógica neoliberal. As medidas protecionistas, pareciam não agradar ao capital nacional, ao mesmo tempo que o capital internacional culpava o Governo Collor pela insuficiências de tais medidas. Estavam postas as condições para a insatisfação tanto da classe patronal como a classe trabalhadora, impulsionada pelos partidos de oposição.

Em 9 de maio de 1992, a Revista Veja publicou um dossiê organizado por Pedro Collor, irmão de Collor, revelando que o tesoureiro Paulo César Farias possuía contas em paraísos fiscais. As acusações só aumentavam e no dia 23 de maio do mesmo ano, foi o próprio irmão do presidente, Pedro Collor, que o denunciou como envolvido em um esquema de corrupção. As denúncias de corrupção envolvendo seus aliados e intensificaram por todo o mês de maio de 1992, culminando com a formação

do Movimento pela Ética na Política, composto por 18 entidades civis, como centrais sindicais, OAB e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) (SOBRINHO, 2008).

A mesma mídia que o apoiara nas eleições, após pressões populares, o abandona, ou melhor, abandona o projeto político que colocava em xeque a continuidade do modelo neoliberal que atendesse tanto o capital internacional como o nacional. As pressões populares ocorreram tanto sob organização de partidos de esquerda como através de movimentos estudantis, possibilitando o “aparecimento” dos “Cara Pintadas” que mobilizaram as ruas das principais cidades brasileiras. A cobertura da mídia neste evento foi de extrema importância para a divulgação do movimento, conforme Quintão (2010):

“Os caras-pintadas surgiram neste período como figuras de destaque entre as diversas forças responsáveis pela derrocada do primeiro presidente por voto direto em quase trinta anos. Esse movimento de caráter estudantil se tornou uma espécie de porta-voz do movimento Fora-Collor junto à esfera pública, mesmo existindo outras entidades civis nesse cenário e com esse mesmo objetivo. Suas manifestações se tornaram emblemas da participação popular na campanha para a saída de Collor, devido principalmente a sua visibilidade adquirida”. (QUINTÃO, 2010, p.108).

Este movimento, ao contrário das “Diretas Já”, tinha o interesse de forçar a saída do Presidente da República. O governo conviveu de Março a Junho de 1990 com 782 greves envolvendo 3.448.683 trabalhadores, com o aumento da recessão aproximou-se de José Sarney, a quem tanto acusava de corrupção (AQUINO, 2000). As manifestações tiveram proporções vastas em diversos locais do Brasil. No dia 14 de Agosto de 1992, Collor fez um pronunciamento convocando o povo brasileiro a sair de suas casas usando alguma peça de roupa com as cores da bandeira brasileira em apoio ao seu Governo. Collor perdeu o prestígio e com a insatisfação em massa no dia 16 de agosto, a população descarta o pedido do presidente e sai de preto às ruas. O movimento liderado por estudantes universitários e secundaristas, políticos, OAB, entidades religiosas e grande parte da população que estava indignada, pintou seus rostos de verde e amarelo, em alusão à cor da Bandeira brasileira, vestiu preto, simbolizando o luto pela democracia e repúdio ao presidente. O dia ficou conhecido como “Domingo Negro”. Em pelo menos dez capitais houve manifestações de rua contra o governo.

Dias (2013) explicita que enquanto a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), em 1992, investigava e apurava as acusações contra o Presidente, milhares de pessoas se manifestavam nas ruas. O movimento pelo *impeachment* surgiu como alternativa viável para retirar o presidente. Conforme Dias, no dia 25 do mesmo mês, cerca de 600 mil pessoas se manifestaram em São Paulo, Salvador e Recife. Na cidade de São Paulo, cerca de 200 mil adolescentes participaram de uma passeata pelo *impeachment*. Várias escolas facilitaram essa participação, suspendendo aulas, enviando professores como “monitores”, incentivando o exercício da cidadania de seus alunos. Muitos que saíram nas ruas ainda nem tinham os 16 anos necessários para votar na eleição de 1989, portanto, muitos manifestantes nem ao menos votaram em Collor. No dia 18 de setembro, houve um protesto que reuniu cerca de mais 750 mil pessoas no Vale do Anhangabaú em São Paulo.

No dia 26 de Agosto de 1992, a Câmara Federal aprova abertura do processo de *impeachment* contra Collor e, em 29 de setembro ocorre a votação decisiva com 441 votaram a favor, 38 contra, 23 não votaram e um se absteve. A votação foi transmitida ao vivo pela TV e telões foram montados nas praças das principais cidades brasileiras. A euforia popular tomou conta das ruas. Era a resposta que foi obtida através da pressão e insatisfação popular e também descontentamento de classes que detinham poder econômico. Collor foi afastado da presidência no dia 02 de Outubro do mesmo ano. O presidente renunciou no dia 29 de Dezembro, mesmo assim, com o julgamento ainda em trânsito no Senado, Collor teve seus direitos políticos cassados. Assim, encerrava um período que durou apenas 2 anos, de 1990 a 1992.

Uma parcela da população brasileira que havia vivenciado uma ditadura Militar, estava decidida a lutar por melhorias no país. Nos dias atuais é evidente a reduzida participação nas manifestações e protestos sociais. Com o decorrer do tempo, a intensidade dos movimentos foi reduzida e grande parte da população aderiu a um regime conformista e a aceitabilidade fruto da dominação que conseguiu o silêncio e o conformismo das massas. Quando as massas ocupam-se com assuntos não relacionados ao social, fortalecem a ideia de Baudrillard (1985) em que o autor critica sua passividade, mediante o esquecimento dos sentidos. Marx (2000) por sua vez, reforça que se não houver luta não haverá mudança e Santomé (2003) afirma que não se pode esquecer que os homens lutaram contra a escravidão, a opressão da mulher, regimes ditatoriais, contra a pena de morte, entre inúmeras lutas que só foram possíveis com manifestação popular. E não seria diferente nos dias atuais. O autor ressalta ainda que “é preciso recuperar o valor da utopia como motor capaz de transformar a sociedade fazendo uso da linguagem crítica” (SANTOMÉ, 2003, p.10). A utopia é uma ameaça aos donos do poder. Guareschi (1990) aponta o poder das utopias no meio da sociedade e o temor que a classe dominante tem da mesma. Por utopia, o mesmo define como a liberdade que o homem tem de se opor às situações decepcionantes de injustiças. É a esperança de que aquilo que não existe agora pode vir a ser, o desejo de criar um futuro a partir do presente (GUARESCHI, 1992), é o pensamento nas coisas que poderão acontecer, se o homem quiser.

Ambos os movimentos aqui analisados (Diretas Já e Fora Collor) cresceram e se expandiram no país através da ação das massas. Foi a população que lutou por mudanças através de um amplo movimento social em massa. Esquecer-se de fatos como estes, é dar poder de dominação à burguesia. Quando a sociedade perde esta esperança, perde também o desejo de transformação.

4.1 Considerações Finais

Os movimentos analisados mobilizaram parcelas significativas da sociedade brasileira e foram de extrema importância na História moderna do Brasil. A característica comum deu-se por conta do empenho da população com protestos e mobilizações em busca do cumprimento de seus direitos reivindicando uma sociedade justa. Contudo há de ressaltar suas peculiaridades em termos de identidade de cada movimento. “O Movimento das Diretas Já”, reivindicava a eleição do Presidente da República eleito por voto direto do povo em um contexto de 20 anos de Ditadura Militar, marcados pela opressão contra os que se levantavam contra o regime.

Já o movimento dos Fora Collor, que protestava em busca da saída do Presidente da República, acusado de participar de um esquema de corrupção. Nos dois casos, encontra-se a participação intensa de jovens como protagonistas da ação, na luta por mudanças e na esperança da efetivação de novos modelos sociais.

Porém, com o decorrer do tempo, a intensidade dos movimentos foi reduzida e grande parte da população aderiu a um regime conformista e a aceitabilidade. Fruto da dominação que conseguiu o silêncio e o conformismo das massas.

Como resultados, apontamos os limites e possibilidades dos movimentos sociais na busca por direitos, tendo como parâmetro quais os caminhos dos movimentos sociais frente à influência na organização de políticas públicas no Brasil. Limites, quanto à possibilidade de mudanças voltadas para uma transformação do modelo econômico enraizado nos principais motivos que impulsionaram as lutas e, possibilidades diante da construção de um novo amanhã que depende de homens e mulheres conscientes de seu papéis na sociedade e capazes de mudar o mundo ao redor.

Os dois movimentos demonstraram que só a união com seus semelhantes pode quebrar a supremacia burguesa e, que foi possível mostrar para as novas gerações que “os donos do poder” não são invencíveis. O resgate a utopia perdida por anos de Ditadura, talvez tenha sido o maior legado dos dois movimentos em poder dizer que queriam direito de interferir na política e cobrar seus direitos.

Resgatar o desejo das utopias como a força que pode arrancar de dentro de cada pessoa o desejo por uma sociedade justa e igualitária.

Referências Bibliográficas

AQUINO, L. AGOSTINO G., VIEIRA F., ROEDEL H. (2000). Sociedade brasileira: uma História através dos movimentos sociais: da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo (2ª Ed.). Rio de Janeiro, Record.

BAUDRILLARD, J. (2004). À sombra das maiorias silenciosas: o fim do social e o surgimento das massas. Tradução: Suely Bastos. São Paulo, ed. Brasiliense.

BASILE, J. Supremo derruba isenção fiscal que beneficiava os usineiros de Alagoas. Tributário. Disponível em: <<http://tributario.net/www/supremo-derruba-isencao-fiscal-que-beneficiava-os-usineiros-de-alagoas/>>. Acesso em 18 de jul. 2013, 14:43.

BOFF, L. (1980). Teologia do cativo e da libertação. Petrópolis, Editora Vozes.

CALDEIRA, J. ; CARVALHO, F.; MARCONDES, C.; PAULA, S. G. (1997). Viagem pela História. São Paulo, Ed. Schwarcz.

DEMO, P. (1989). Metodologia científica em ciências sociais (2ª Ed). São Paulo, Atlas.

DIAS, L. A. Política e Participação Juvenil: os "caras-pintadas" e o movimento pelo impeachment. Disponível em: <http://www.historiagora.com/dmdocuments/politica_e_participao_juvenil_cp.pdf>. Acesso em 05 de Jul.2013.

FERNANDES, F. (1959). Fundamentos empíricos da explicação sociológica. São Paulo, Companhia Editora Nacional,

GUARESCHI, P. A. (1992). A máquina capitalista. Petrópolis, Editora Vozes.

FREIRE, P. (1979). Educação e mudança. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

GUARESCHI, P. A. (1990). Sociologia crítica: alternativas de mudança (30ª Ed). Porto Alegre, Mundo Jovem.

GASPARETTO J. A. Biografia de Fernando Collor. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/biografias/fernando-collor-de-mello/>>. Acesso em 21 de jul. 2013, 13:07

MARTUSCELLI, D. E. (2005). A Crise do Governo Collor e a Tática do PT. Dissertação de mestrado em ciência política. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, São Paulo. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/Dissertamartuscelli.pdf>>. Acesso em: 07/07/2013.

- MARX, K.; ENGELS, F. (2000) O Manifesto do partido comunista (2ª Ed.). Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo, Martin Claret.
- MARX, K., ENGELS, F. (2005). A ideologia alemã: Feuerbach – a contraposição entre as cosmovisões materialista e idealista. Tradução: Frank Müller. São Paulo, Martin Claret.
- MAGALHÃES, A. (2013, Jul.). Teotônio Vilela foi precursor da luta pela redemocratização do Brasil. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/reportagem-especial/366355-teot%20nio-vilela-foi-precursor-da-luta-pela-redemocratiza%20o-do-brasil-%2006%2744%27%27%29.html>>. Acesso em 21 Jul. 2013.
- MARTINS. H. H. T. de S. (2004, maio/agosto). Metodologia Qualitativa de Pesquisa. Revista Educação e Pesquisa, v. 3, n. 2, p. 289-300. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a07.pdf>>. Acesso em 07/07/2013.
- MELLO, F. S. (2013, Julho). Movimentos sociais e políticas públicas: uma perspectiva que parte do Povo. In: XI Encontro de Iniciação à Docência. Anais... Disponível em: <www.prac.ufpb.br/anais/xenex_xienid/xi_enid/monitoriapet/ANAIS/Area3/3CCENDGEOMT01.pdf> Acesso em 20 Jul. 2013.
- MOREIRA A. H. M. (1984). Estado e oposição no Brasil (1964-1984), Petrópolis, Editora Vozes.
- PRIORI, Mari Del. (2010). Uma breve História do Brasil. São Paulo, Editora Planeta do Brasil.
- QUINTÃO, T. T. (2010, julho). Os Media e a construção dos caras Pintadas. Revista Todavia, Ano 1, n. 1., p.103-117.
- RIBEIRO, P. S. Movimentos sociais: breve definição. Disponível em:<<http://www.brasilecola.com/sociologia/movimentos-sociais-breve-definicao.htm>> Acesso em 21 Jul. 2013
- SANTOMÉ, J. T. (2003). A educação em tempos de Neoliberalismo. Porto Alegre, Ed. Artmed.
- SIGAUD, L. (1980). Greve nos engenhos. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- SOBRINHO, V. P. (2013). Saiba mais sobre os caras Pintadas. Folha de São Paulo, Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u397259.shtml>>. Acesso em: 10 de Jul. de 2013, 11:43.
- SODRÉ, N. W. (1963). Quem é o povo no Brasil?. Col. Cadernos do povo Brasileiro, vol.2. Rio de Janeiro, ed. Civilização Brasileira.
- SOUSA, R, (2013). João Goulart. Disponível em <<http://www.brasilecola.com/historiab/joao-goulart.htm>> Acesso em 21 Jul. 2013.